ANC 88
Pasta 20 a 24
fev/87
001

Povo espera salário e habitação da Constituinte

Frustrado com fracasso do Cruzado, brasiliense confia mas desconhece o que é a Assembléia

Const 87

No momento em que a mesa da Assembléia Nacional Constituinte se prepara para acionar judicialmente a apresentadora Hebe Camargo por seus comentários desabonadores sobre o desempenho dos parlamentares e sua presença em plenário, o **CORREIO BRAZILIENSE** resolveu ouvir a população de Brasília, a fim de que ela expressasse sua opinião sobre os trabalhos, vistos pelo lado de fora. Mais da metade dos cidadãos ouvidos disse acreditar em que a Assembléia produza bons resultdos em termos de melhoria das condições de vida da população.

A enquete do **CORREIO** constatou ainda uma grande frustração, sobretudo dos mais humildes, com o fracasso do Plano Cruzado e a retomada do processo inflacionário. A população revela desconhecimento em relação ao alcance do poder dos constituintes e, por isso, tem esperanças de que a Assembléia aprove medidas progressistas que resultem em benefícios diretos às camadas mais carentes, em termos de saúde, educação, habitação.

As pessoas, ouvidas no Centro Comercial Conic, manifestaram ainda esperança de que da Constituinte resulte uma política salarial que distribua melhor a renda, uma reforma agrária efetiva e ainda uma renegociação da dívida externa em termos favoráveis ao País.

As entrevistas foram feitas pela repórter Tatiana Montezuma.

Maria de Lourdes aposta na reformulação partidária e não pretende permanecer no PFL

A OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS

Domingos Monteiro, 45 anos, funcionário público, morador de Brasília:

"O que acho da Constituinte nem gostaria de responder. Sou pessimista quanto a ela. A Constituinte não vai resolver os problemas do País. É preciso moralidade e seriedade dos parlamentares. A inflação, independente da Constituinte, continuará galopante e os juros continuarão subindo. Os políticos devem se precoupar, durante os trabalhos da Constituinte, principalmente como o setor de saúde e educação".

Maria Laura, 45 anos, funcionária pública, moradora de Brasília:

"Acho que, realmente, a população brasileira esperava mais dessa Constituinte. Durante a primeira semana, após a instalação da Constituinte, foi dada pouca importância aos principais problemas nacionais, como a questão econômica e o fracasso do Cruzado. A Constituinte deve dar cabo das principais questões, como o desemprego, os salários, transporte, dívida externa. Mas não acredito que os parlamentares conseguirão realizar mudanças radicais e boas".

Luciano de Moura, 27 anos, fotógrafo, morador de Brasília:

"Acho que os mesmos continuam no poder. É a mesma panelinha, que sempre existiu, que está fazendo esta Constituinte. Como exemplo, cito o Delfim Netto. Por este motivo, acho que a Constituinte será conservadora. Independente da Constituinte, a classe trabalhadora continuará sendo esmagada. Não acredito nesta Constituinte. Não creio que alguns setores serão beneficiados".

José Pereira do Nascimento, 38 anos, publicitário, morador de Valparaízo I:

"A Constituinte é uma coisa complicada. Acho que os parlamentares estão trabalhando devagar. Eles estão querendo é tirar vantagem da situação em benefício próprio. Contudo, acredito que, através da nova Constituição, o setor de saúde será beneficiado, pois está muito deficiente".

Janduir Ferraz, 20 anos, tapeceiro, morador do Gama:

"A Constituinte é uma bagunça. Não acredito nela. Constituinte só existe para beneficiar aqueles que já estão no poder; para os assalariados, a cada dia que passa, a coisa fica pior. Não espero que, através da Constituinte a situação do País melhore".

Joao Barbosa de Souza Filho, 41 anos, advogado, morador de Brasília:

"A Constituinte é uma porcaria. Só tem parlamentares corruptos. Oitenta por cento dos políticos que estão aí precisam ser substituídos. A maioria dos políticos não tem honestidade de propósito. Acho que não lucraremos com a nova Constituição; não espero que nenhum setor seja beneficiado".

Bento Gomes de Souza, 28 anos, comerciário, morador de Taguatinga:

"Não acredito nesta Constituinte e nem nesse Governo. As coisas vão continuar como estão. Nada vai melhorar".

Zenaide Oliveira Dias, 50 anos, dona-de-casa, moradora do Guará II:

"Não acredito na Constituinte. Acreditei no Cruzado e não deu certo. O povo está decepcionado".

Luiz Cesar da Silva, 16 anos, estudante, morador de Sobradinho:

"Tenho fé nos parlamentares. Estou depositando toda a minha confiança neles".

Marcos Sérgio Figueiredo, 26 anos, músico, morador de Brasília: "Acredito mais ou menos nesta Constituinte. O povo elegeu parlamentares que não inspiram muita credibilidade como é o caso do Delfim Netto. Não espero nada desta Constituinte".

Luiz Gonzaga Lima, 41 anos, porteiro, morador da Ceilândia: "Acho uma boa a Constituinte. Ela não vai trazer nada de errado para o País. Espero é que a Constituinte traga muitos benefícios ao povo".

Adriana Torres, 18 anos, estudante, moradora de Catalão:

"Eu acredito na Constituinte. Acho que ela vai trazer melhorias para o povo. Os parlamentares, na minha opinião, vão dar prioridade ao setor de saúde".

Maria de Lourdes vive aprendizado

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

A deputada Maria de Lourdes Abadia Bastos, 42 anos, passa por uma fase de adaptação. Após 17 anos de serviços junto ao Executivo, pela primeira vez ela está no Legislativo, e com a "grande responsabilidade" de ajudar a escrever a nova Constituição. Maria de Lourdes, que foi administradora da Ceilândia e diretora executiva da Fundação do Serviço Social, se elegeu com mais de 46 mil votos e tem na causa social a base de seus trabalhos. Ela não se considera conservadora. Ao contrário: "Minha vida é um eterno rompimento", diz. Maria de Lourdes defende mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, com possibilidade de uma reeleição, e quer a manutenção do governador José Aparecido no Palácio do Buriti até 1988, "quando teremos eleições diretas, se Deus quiser". No momento, Abadia pensa na reformulação do secretariado do GDF, em função do resultado das urnas. "É preciso haver um reequilíbrio de forças", defende.

Nesta entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, a deputada mostra que tem posições claras também sobre questões polêmicas. Ela é contra o aborto, mas favorável ao planejamento familiar. Condena qualquer tipo de discriminação. Jamais votaria a favor da pena de morte, porque "só morreriam pretos e pobres". Abadia acha que a Constituinte deve definir o papel das Forças Armadas apenas como elementos de defesa externa.

Após 17 anos de vida pública, a senhora sai do Executivo e passa a atuar no Legislativo. Como está se dando essa mudança?

É uma fase de muito aprendizado. Estou começando uma vida nova. Vim de uma área executiva, de administração pública e comunitária, ou seja, uma área de muita pobreza, de muitos conflitos, e que requer do administrador uma presença constante. Não passei pelo processo de exercício político: da Ceilândia vim direto para a Constituinte, sem ser vereadora e deputada estadual. Tenho aqui a missão de ajudar a escrever a nova Constituição do nosso País e represento mais de 46 mil pessoas, que votaram em mim. Estou consciente do que representa essa responsabilidade e estou me virando, da maneira que posso, para aprender e entender como funciona a Casa.

Nessas três primeiras semanas de funcionamento da Constituinte já houve um avanço muito grande, em termos de aprendizagem?

Sem dúvida, até mesmo porque você começa a se situar no contexto nacional. Eu estava acostumada a ver problemas de água na Ceilândia, de salas de aula, de buracos nas ruas. Quer dizer, meu mundo era pequeno, limitado, em relação ao universo em que eu estou agora. Nesse momento inicial, eu não tenho segurança. Política é uma coisa de muito movimento. Você conversa uma coisa de manhã, outra à tarde, participa de uma reunião à noite e no outro dia há uma votação, que não é nada daquilo que você começou. Acho que vou deslanchar aqui dentro a partir do momento em que me sentir segura.

A própria Constituinte ainda não deslanchou, porque está na dependência da aprovação do regimento definitivo. Seus eleitores cobram isso?

Muito. Eu realmente sempre fui uma pessoa chegada ao povo, aos problemas do povo. Então, para as pessoas em geral fica difícil entender que agora eu estou no Legislativo e não posso mais resolver determinados problemas, diretamente. Elas vêm reivindicando coisas que competem ao Executivo. É muito difícil. Mas isso é reflexo de uma situação: não houve interesse do Estado em divulgar e conscientizar o povo sobre o que é uma Constituinte.

A senhora defende uma tese polêmica: a de uma constituição transitória. Por quê?

A minha tese é esta porque nós estamos num momento de transição, em que todo mundo busca o caminho certo, em todos os sentidos — político, econômico e social. Então, querer fazer uma coisa consolidada agora é impossível. Daqui a alguns anos esta Constituição certamente terá mais emendas do que a atual.

E como seria o texto dessa Constituição?

Eu defendo a tese de uma Constituição mais sintética, escrita numa linguagem bem simples, que contenha princípios e que sobremaneira garanta a cidadania e os direitos da pessoa humana. Depois, daqui a alguns anos, faríamos outra Constituição. Nesse meio tempo, teríamos espaço para mobilizar os diversos segmentos da Nação, com o objetivo de discutir mais a Carta do País.

O que a candidata Maria de Lourdes defendeu no palanque que a deputada Maria de Lourdes, eleita com mais de 46 mil votos, continua defendendo. Mudou alguma coisa?

Não. A primeira coisa que quero destacar é que durante a minha campanha não fazia promessas. E muitas pessoas falaram que eu não ia me eleger porque político que não mente não é eleito. Eu lancei um desafio, porque pressentia que as pessoas hoje querem verdade, objetividade, clareza nas coisas. Não fiz promessas, mas estabeleci um compromisso de lutas. Eu defendo muito um salário digno para o trabalhador, defendo uma justa distribuição de renda. Além disso, defendo uma mudança radical nesse cunho paternalista e assistencialista do Estado. Acho que se pegássemos todos esses projetos e programas sociais que tem por aí — distribuição de leite, de alimentos, de cobertores — e os transformássemos num real salário para o trabalhador, o Governo seria mais eficaz. Está provado que esses programas sociais só contribuem para o empobrecimento, pois não libertam o povo.

O que a senhora defende, então, para substituir esses programas?

Você tem que definir o que é dever do Estado. A velhice abandonada, por exemplo, é dever do Estado. O menor abandonado também. Então é certo que o Estado aja nesses dois segmentos. Mas têm outras áreas em que é preciso cortar o assistencialismo e reforçar o desenvolvimento da educação. Aliás, acho que temos que priorizar a educação e a saúde.

A senhora acredita que as novas medidas econômicas que o Governo está para tomar colocarão o Plano Cruzado novamente no bom caminho?

Não. Acho que o pior aconteceu, que é a falta de credibilidade. Agora acho que não se recupera mais. Fazer as modificações que foram feitas três dias após as eleições foi abuso. Isso deveria ter acontecido muito antes, no momento em que o Presidente e os ministros da área econômica gozavam de enorme popularidade.

O problema do Brasil é político ou econômico?

É político, econômico e também social. Político porque existe muito oportunismo na nossa política. Há pessoas atreladas a partidos sem qualquer identificação, apenas para gozar de benefícios. É econômico porque não existe, de fato, uma política econômica no nosso País.

É inevitável uma reorganização partidária?

É, sem dúvida. A reorganização é inevitável e urgente. Espero que realmente as pessoas escolham partidos que tenham a ver com a consciência delas.

É o seu caso?

É o meu caso. Não é uma questão de sair ou ficar no PFL. Para mim, hoje todos os partidos são iguais. A gente tem, sim, que identificar blocos que tenham compromissos com determinados segmentos da sociedade. No meu caso, estou comprometida com a pobreza.

Qual seria seu caminho?

Não sei, talvez o socialismo. Dizem que sou conservadora, mas não me considero como tal. Minha vida sempre foi um rompimento. Nunca me conformei com a pobreza de minha família e lutei para achar solução para esse problema.

Uma alternativa de consenso para a futura Constituição

RONALDO POLETTI

O drama da Constituinte tem vários quadros. Um deles se refere à expectativa de uma frustração quanto ao texto que deve produzir. A Assembléia estaria satisfeita, pelo menos em termos de ansiedade nacional, se lograsse uma solução nítida de cunho revolucionário. Não interessa a tendência. Mas tal desfinde implica em dois extremos, que podem ser formulados em Cartas revolucionárias. Uma de expressão socialista, pela qual se extinguiriam alguns direitos burgueses, como o da propriedade dos bens de produção; seriam afastados os últimos óbices a uma reforma agrária radical, definitiva na transformação fundiária pela distribuição de terras com ou sem aproveitamento econômico; instalar-se-ia um governo forte na defesa dos direitos imediatistas dos trabalhadores, tolerando-se a oposição liberal-burguesa ou reacionária, onde estariam agrupadas todas as forças conservadoras, apenas se essa oposição não viesse a acarretar riscos ao projeto revolucionário, já então presente na lei máxima da República. A outra Constituição viável, na teoria, não se consubstanciaria em um governo forte, mas numa democracia com alto teor participativo. Ou melhor, com o mínimo de representação, quase direta e plebiscitária. Esquema corporativo, sem câmara de deputados classistas e com alguma preocupação com as liberdades públicas, de modo a afastar quaisquer semelhanças fascistas. Essa alternativa pretende participação e harmonia, aprimora a democracia e visa à solução das lutas e contrastes sociais. É da direita, mas na confusão nacional e até porque os extremos sempre se encontram e, às vezes, se confundem, a esquerda, proponente da primeira alternativa, a aceita como meio ou aliança transitória.

Ora, não é preciso ser grande politólogo ou analista para perceber que nenhuma das hipóteses é factível, hoje, no cenário político brasileiro da Constituinte, salvo golpe de estado, o que, como se sabe, não é dado apenas por militares. Também os parlamentares são, de vez em quando, golpistas. Afastadas as hipóteses revolucionárias, que restaria à Constituinte? Para escrever uma Carta, mais ou menos como a vigente, seria melhor deixar essa aí mesmo e pronto. Mas acontece que a Assembléia Constituinte tem, ainda, uma alternativa, a de manter o regime e chegar ao consenso através de uma Carta forte e resumida, perene espelho da síntese constitucional brasileira. Sobre o tema da Constituição sintética deveriam refletir nossos constituintes.